POVOADO MOINHO: O INDIVÍDUO QUILOMBOLA EM UM ESPAÇO RECONHECIDO

Adriana Mattos Clen Macedo / UnB

Emanuelle Santos Feitosa / Graduanda em TCHA – UnB

RESUMO
O Povoado Moinho é reconhecido pela Fundação Palmares, sendo esse reconhecimento, um não tombamento. Por não se tratar de um tombamento, a salvaguarda do local não está necessariamente amparada pelo IPHAN. Seu reconhecimento é dado também através dos traços quilombolas dos ancestrais dos moradores, que continuam no povoado até hoje. Com o modo de vida dos atuais moradores do povoado, as tradições não continuam como a de seus ancestrais, e isso reflete na preservação das construções do povoado. A questão tratada neste artigo é o que seria possível usar e entender da formulação de patrimônio, em um local que o seu povo também deveria ser resguardado, como símbolo vivo, tradicional e consistente dos traços quilombolas brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE
patrimônio; moinho; quilombola.

ABSTRACT
The Thorp Moinho is recodniced by the Palmares Fundation, being this reconnaissance, a not-tiping. For it is not an tipping, safeguard of the local is not necessearly supported by the IPHAN. Your recodniced is given through athward the features from the ancestors of the residentes, that still lives in the thorp. With the life style of the presente residentes of the thorp, the traditions doesn't remain like their ancestors, and this reflects in the preservation of the buildings of the thorp. The question addressed in this article is that it would be possible to use and understand the heritage formulation, in a location that your people should also be safeguarded as a living symbol, traditional and consistent Brazilian quilombo traits.

KEYWORDS
patrimony; moinho; quilombo.

Comunidade do Moinho

O Povoado Moinho é um local de remanescentes quilombolas afrodescendentes, com conexões sanguíneas com o povo Kalunga e fazendeiros da região (ATTUCH, 2006), cuja população se sustenta, sobrevive e vive a 12 km da cidade goiana de Alto Paraíso, que fica a 220 km da capital, Brasília. O Povoado tem seus pontos tradicionais desgastados ao longo de sua história, pela vida da zona urbana em constante contato, através dos pontos turísticos que a região tem a oferecer e a cidade de Alto Paraíso, tão próxima do Povoado. O turismo é uma das singularidades da região, assim como os conhecimentos tradicionais, conhecimentos esses passados através das gerações quilombolas que ali viveram. A comunidade tem em torno de 200 pessoas, homens e mulheres negros, com sua ancestralidade correndo em suas veias.

Suas influências foram um dia, da cultura dos países originais dos antigos quilombolas, mas hoje, com o tempo, a população já é, em sua maioria, de religião evangélica protestante. Seria curiosa a motivação da população não ter continuado com sua cultura e religião afrodescendente, passando a participar da fé católica até se voltar para a religião protestante, que segundo os próprios moradores, é a maioria. O espaço que os quilombolas consideram seria a sua terra. Toda a natureza do Cerrado é preservada ali, desde o tratamento com o lixo até o cuidado com a preservação dos rios e da mata que os cerca.

O modo de vida é envolto de tranquilidade. As pessoas se preocupam em professar a sua fé, cuidar dos seus entes queridos, viver suas vidas convivendo com seus vizinhos, aproveitando da natureza e da tranquilidade que o povoado os oferece. Não aparentam necessitar de mais conforto. O pedido da comunidade é em favor de um melhor atendimento médico, melhor acesso à educação da população, que se esforça para que os filhos estudem, muitas vezes os levando para fora da região. O ensino oferecido atualmente não está no povoado, e sim na cidade de Alto Paraíso, devido sua pouca quantidade de alunos, já que a comunidade é pequena.

O traço quilombola e a importância dele como forma de autoridade para resguardar o povo e o território é uma questão que não se tem certeza. Foi solicitado o

reconhecimento da origem do povo, que desde 2015, é reconhecido como quilombola, apesar da divergência entre os moradores.

A forma com que as pessoas do Moinho tombariam e reconheceriam, no lugar da Fundação Palmares e do IPHAN, não seria da forma em que estão acostumados. A comunidade se preocupa mais com a natureza, e não das construções e tradições que seus antepassados deixaram para eles. Isso é visível no seu modo de vida, que apesar do cultivo da terra para sua sobrevivência, não é visto muita coisa do povo quilombola no dia-a-dia do povoado. Por essa ser sua preferência, apesar do reconhecimento ter sido feito pela Fundação Palmares, algumas questões patrimoniais foram deixadas a desejar.

O reconhecimento do povoado

A Fundação Palmares hoje é a instituição pública responsável pela certificação de auto definição das comunidades quilombolas brasileiras. Isso se dá pela promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, conforme a própria Fundação Palmares relata. Esse poder foi dado pelo Ministério da Cultura, através da lei Lei n° 7.668, de 22.08.88. Os decretos, portarias e instruções normativas, são complementares a caracterização desse poder. A Fundação tem como responsabilidade, garantir que a herança afro-brasileira seja preservada em âmbito nacional, incluindo-se na história como os outros patrimônios nacionais. O decreto N° 6.040 diz que:

> Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007)

01420.013360/2014-05. Esse é o número do processo para a certificação de uma comunidade remanescente quilombola que hoje é chamada de Povoado Moinho. Seus poucos meses de vigor trazem para a comunidade, através do certificado, uma chance de melhorias. Sua certificação ocorreu no dia 29/12/15, que foi publicada no dia 07/03/2016 (Fundação Palmares). Até o momento da elaboração deste artigo, poucos meses se passaram. Uma comemoração foi feita (Figura 1) pela Associação

Quilombola do Povoado do Moinho (AQPM), criada por filhos de moradores do povoado, juntamente com toda a comunidade, no espaço público que eles se encontram para eventos e reuniões importantes da população (Figura 2).

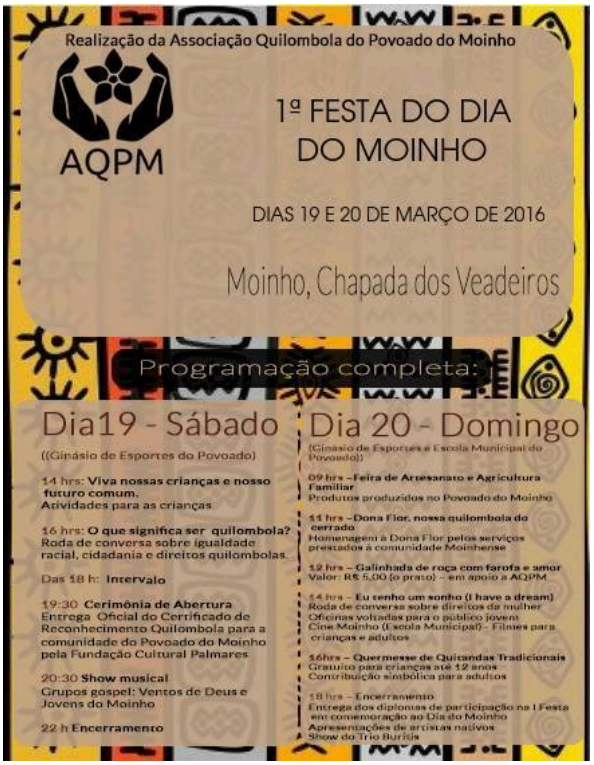

Fig. 1 – Folder de divulgação da 1° Festa do Dia do Moinho
Fonte: Associação Quilombola do Povoado do Moinho, 2016
Povoado Moinho, Alto Paraíso de Goiás (GO)

Fig. 2 – Folder de divulgação da 1° Festa do Dia do Moinho
Fonte: Associação Quilombola do Povoado do Moinho, 2016
Povoado Moinho, Alto Paraíso de Goiás (GO)

Uma questão presente no Povoado Moinho é o tombamento. Seria realmente necessário? Ou somente o reconhecimento pela Fundação Palmares é suficiente? A comunidade não preservou totalmente as construções históricas para ser de fato, incluída no tombo. Algumas casas ainda são feitas principalmente com pedras, outras já foram feitas de forma moderna e há algumas que possuem as duas formas de construção. Apesar do espaço ser histórico e se incluir no patrimônio material, não há tradições que perduram o decorrer do tempo no povoado, as pessoas não se preocuparam em continuar seu modo de vida de acordo com o modo de vida quilombola.

A igreja católica do povoado (Figura 3), fundamentada em pedras, está hoje coberta com cimento, pintada com uma tonalidade rosa, enfeitada provavelmente pelos próprios fiéis, com o auxílio do Padre em vigor da região, que também atende Alto Paraíso. A igreja havia parado com suas missas por um tempo, porém, alguns fiéis relataram que atualmente, o padre de Alto Paraíso vai até o povoado realizar as missas. A construção não está como foi feita antes. Não foi possível achar registros sobre sua construção, porém, de acordo com o início do povoado, sua construção seria provavelmente do século XIX. A igreja católica, fundamentada na pedra, provavelmente uma das construções mais antigas, está hoje apagando os vestígios originais, referência de seus ancestrais (Figura 4).

Fig. 3 – Interior da Igreja Católica do Povoado Moinho
Fotografia: autoras, 2016
Povoado Moinho, Alto Paraíso de Goiás (GO)

Fig. 4 – Fachada da Igreja Católica do Povoado Moinho
Fotografia: autoras, 2016
Povoado Moinho, Alto Paraíso de Goiás (GO)

O povoado Moinho, tendo suas raízes possivelmente nas religiões afrodescendentes, ao longo do tempo foi se adaptando aos interesses religiosos da comunidade. Com a chegada da religião católica, não se sabe ao certo como se procedeu, mas a catequização do povo ocorreu e perdurou até que uma outra religião, que seria a evangélica protestante, chegasse ao povoado e ocupasse o coração dos moradores, se alastrando cada vez mais. Há também, religiões alternativas, vindas de outras pessoas que não nasceram no povoado, mas que encontram ali, um bom lugar para viver.

O quesito "religião" deve ser considerado com cuidado ao se tratar de um patrimônio, que nesse caso, seria quilombola. A crença pode, muitas vezes, auxiliar a construção do povoado, tanto no seu modo de vida, quanto na manutenção do povoado. Essas religiões, vindas por influencias ou desejos próprios das pessoas, convivem com esse patrimônio, que pode ou não ser afetado por elas. Haveria algo, deixado pelas religiões afrodescendentes que ali se instalaram e que foi extinguido pela igreja católica quando adentrou o espaço do povoado? Haveria também, algum vestígio católico, que foi abandonado quando a igreja evangélica passou a conquistar a maioria dos moradores? Essas perguntas estão ao vento, mas podem sim ser respondidas.

A perspectiva da comunidade

O reconhecimento da comunidade em questão da autenticidade do povo é positivo. Os moradores acreditam que o reconhecimento é uma força a mais para a melhoria de serviços do governo, como citados anteriormente, que seria em relação à saúde e educação. O próprio povo não é homogêneo quando se trata de suas origens (ATTUCH, 2006), mas pelo reconhecimento do povoado como remanescente quilombola pela Fundação Palmares, desde 2015, é de se considerar que grande parte do povo que ali viveu era quilombola, apesar da interação sanguínea com outros povos da região.

Os moradores demonstram não dar tanto interesse ao modo de vida da cidade, mas há casas em que estão começando a se modernizar, apesar do local ser isolado, há lugares no povoado onde há sinal de internet. A modernização não seria algo

negativo para a comunidade, pelo contrário. Os moradores esperam que haja um conforto, mas consideram a natureza como fonte suficiente para a sua sobrevivência, como foi por todos esses anos de existência do Povoado Moinho. O turismo já está presente no povoado. As características do local aumentam a procura por turistas, assim como estadia, que muitas vezes é oferecida na cidade de Alto Paraíso, mas há turistas que preferem ficar um pouco mais próximos da natureza.

Esse contato de pessoas de outras vivências no Povoado Moinho, dá um ar não necessariamente de museu, mas de um lugar exótico, diferente e atrativo. Para a maioria dos visitantes, não são as construções antigas que os atraem, nem são os moradores descendentes de um povo que se salvou da escravidão, mas é um interesse voltado para a natureza e o que ela oferece. Isso poderia ser trabalhado pelos moradores ou pela Fundação Palmares? O dever de reconhecer já foi feito, mas há outros passos a seguir. Aparenta-se o interesse antropológico no Povoado Moinho, mas ainda não teria algo voltado para os quesitos das tradições quilombolas que podem ter continuado na comunidade, assim como a materialidade desse patrimônio quilombola. A comunidade poderia ser orientada a preservar o local, resguardar as construções para que se perpetue os vestígios deixados por esse povo.

O povo, como citado anteriormente, sendo de uma multiplicidade, tanto sanguínea quanto cultural, seria algo a se preservar? Haveria espaço para o reconhecimento, não só do povoado, mas também do povo? Suas ações não são “tombáveis”, mas apenas sua existência, como povo que aos poucos vai se misturando, se afastando, por diversos motivos, e que deveria ser preservado, não somente em sua essência. O reconhecimento do povoado e sua preservação seriam suficientes para esse caso? Seria cedo dizer sobre as alterações que o reconhecimento pela Fundação Palmares teria sobre o povoado, mas o que se vê e o que a comunidade espera, é mudança.

Os vestígios religiosos no Povoado Moinho, devem ser apurados, para um melhor entendimento desses processos que desapareceram. Isso não transparece ser do interesse em comum agora visto pela comunidade, mas com o reconhecimento

agora em vigor, questões como essa podem se tornar de interesse da AQPM e até mesmo da Fundação Palmares.

Referências

VAZ, Beatriz Accioly. *Os grilhões do patrimônio*: reflexões sobre as práticas do IPHAN relacionadas aos quilombos. Revista CPC, São Paulo, n. 17, p. 35-46, nov2013/abril 2014. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/69153/71607 >

ATTUCH, Iara Monteiro. *Conhecimentos tradicionais do Cerrado*: sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2549/1/2006_IaraMonteiroAttuch.pdf >

LARANJEIRA, Nina Paula. MEIRELES, Cristiane da Costa. GASPARINI, Carla Beatriz. *Povoado do Moinho*: Alto Paraíso de Goiás. 2012. 32.p. Categoria (Grau e área de concentração da dissertação ou tese). Universidade de Brasília, Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros, 2012.

Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) atualizada até a Portaria N° 28/2016, publicada no DOU de 07/03/2016. Disponível em: < http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/CERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS.pdf>. Acesso em 18 mai. 2016.

Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Artigo 3. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em 18 mai. 2016.

Adriana Mattos Clen Macedo
Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro pela Universidade das Artes (2013). Professora da Universidade de Brasília, atuando no curso de Teoria, Crítica e História da Arte.

Emanuelle Santos Feitosa
Graduanda em Teoria, Crítica e História da Arte pela Universidade de Brasília.